

8º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política
Área Temática: Metodología en ciencia política

A Formação dos Cientistas Políticos no Brasil: Uma Análise Longitudinal do Perfil dos Programas de Pós-Graduação

Melina Mörschbacher¹ || melina.ufrgs@gmail.com

Paulo Sérgio Peres² || peres.ps@gmail.com

Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

¹ Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando na área de pesquisa de História da Ciência Política.

² Doutor em Ciência Política e professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESUMO

A Ciência Política como disciplina acadêmica autônoma teve sua formação no Brasil nos anos 1960. A criação dos programas pioneiros na Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG] e no Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro [IUPERJ] deu início ao desenvolvimento da Pós-Graduação na área, de modo que hoje existem 14 universidades aptas a oferecer essa formação. Contudo, a história recente da disciplina não tem sido suficientemente estudada e, conseqüentemente, compreendida, de modo que há uma incerteza quanto aos caminhos percorridos e às tendências em curso. Desta forma, o presente estudo objetiva colaborar na construção de uma literatura sobre a área, especialmente por meio de apresentação de resultados empíricos de pesquisa, ou seja, dados relativos aos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política no país. A disciplina estrutura-se em determinados eixos teóricos e temáticos que ainda não foram identificados e analisados pelos poucos trabalhos publicados na área. Afinal, qual o estado atual da Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil? De que forma ela se estrutura? Que formação teórica e metodológica tem sido dada aos cientistas políticos brasileiros? Apesar de não trazer respostas definitivas, este estudo de caráter exploratório visa se aproximar das mesmas por meio da análise de dados relativos ao perfil dos programas reconhecidos pela CAPES. São consideradas as áreas de concentração temática e linhas de pesquisa, disciplinas ofertadas anualmente e os Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos em cada universidade. Destaca-se a importância de se pensarem os Programas de Pós-Graduação a partir de suas grandes áreas temáticas e da sua formação teórica e metodológica, de modo a perceber padrões e diferenças regionais na formação dos cientistas políticos no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: História da Ciência Política; Ciência Política Brasileira; Programas de Pós-Graduação.

1. INTRODUÇÃO³

O estudo da política por intermédio de uma disciplina acadêmica autônoma tem sua origem nos Estados Unidos nas décadas finais do século XIX, com a criação dos primeiros programas de pós-graduação, e início do século XX, quando foi fundada a Associação Norte-Americana de Ciência Política [APSA]. Na Europa o desenvolvimento institucional dessa comunidade científica ocorreu posteriormente, de forma gradual, e, na América Latina, essa institucionalização adveio de forma mais tardia. Inclusive, em alguns países esse processo ainda está em curso ou até mesmo em seus momentos iniciais.

Assim, é recente o surgimento de uma disciplina que concebe um conhecimento e um vocabulário próprio a serem compartilhados por uma comunidade acadêmica. Este momento-chave, assim como a reconstrução dessa ou dessas trajetórias históricas, ainda é campo pouco explorado. Isto, por consequência, limita a consciência dos erros e acertos cometidos no processo, assim como compromete a percepção quanto ao caminho que temos trilhado, seja no caso dos países pioneiros, seja no caso daqueles que têm uma disciplina recente, mas que, justamente por isso, possuem uma história que não comporta as mesmas categorias ou fórmulas.

Nos Estados Unidos, onde surge pela primeira vez a Ciência Política tal como a conhecemos, existe uma vasta literatura que conta a sua história e mapeia o seu desenvolvimento (ALMOND, 1998, DRYZEK, 2006; EASTON, 1985; GOODING e KLINGEMANN, 1998; REDFORD, 1961; ROSS, 1991; SOMIT e TANNENHAUS, 1976). Esta, por sua vez, acaba tornando-se referência para o estudo de trajetória da área em outros países, que criaram a disciplina recentemente, como é o caso de países da América Latina, ou que não possuíam essa tradição de estudos e começam a desenvolver tardiamente na medida em que tomam consciência de sua relevância⁴.

Todavia, se este é um ponto de partida, também se tem demonstrado um empecilho para o desenvolvimento autônomo da área nesses outros países. Claramente

³ A produção desse artigo é resultado de pesquisas realizadas pelo grupo de estudos em História e Metodologia da Ciência Política, que está em processo de criação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres.

⁴ Este é, por exemplo, o caso da Inglaterra, que apesar de formar cientistas políticos há tempo semelhante aos Estados Unidos, ainda está em processo de construção de uma literatura sobre história e metodologia da disciplina (ADCOCK E BEVIR, 2005).

existem paralelos entre a história da disciplina nos Estados Unidos e em outros lugares, devido às influências e adoção de teorias e métodos dos primeiros por parte dos demais. Contudo, é necessário perceber de que forma a Ciência Política tem se desenvolvido em seus devidos contextos para, a partir disso, saber em que medida nos servem as aproximações e distâncias do que já estava posto⁵.

Quando se pensa esse debate na América Latina, identifica-se um movimento recente. Se ainda não há uma literatura consolidada sobre o assunto, percebe-se ao menos um ambiente propício para o seu desenvolvimento, por meio da criação de espaços para o debate em eventos acadêmicos⁶ e pelo fomento dessas pesquisas por parte de associações nacionais⁷.

O presente estudo vai neste mesmo sentido. Busca contribuir para a nova agenda por meio do mapeamento da trajetória de formação da disciplina e do estado atual dos programas de Pós-Graduação no Brasil, visto que apesar da existência de uma literatura importante na área (LAMOUNIER, 1982; FORJAZ, 1997; REIS, 1993; QUIRINO, 1994; TRINDADE, 2005; LESSA, 2010; LEITE, 2010; KEINERT, 2011), esta ainda constitui-se de esforços isolados. Há uma carência de análises históricas, mas especialmente de uma busca por dados relativos ao espaço acadêmico, de ensino e pesquisa, para a sistematização dos mesmos com vistas a compreender seus significados.

No Brasil, a formação da área acadêmica teve início nos anos 1960, quando foram criados dois Programas de Pós-Graduação pioneiros na Universidade Federal de Minas

⁵ Atualmente surgem diversos debates na América Latina a respeito do enrijecimento da disciplina na região a partir da influência da Ciência Política norte-americana de cunho formalista e quantitativista (FERES, 2000; CANSINO, 2008).

⁶ Recentemente o congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política [ALACIP] abriu significativo espaço para debates a respeito da trajetória da disciplina de Ciência Política, dentro da área temática “Metodologia em Ciência Política”.

⁷ Este é o caso da Associação Brasileira de Ciência Política [ABCP], que percebendo essa lacuna resolveu lançar uma agenda de pesquisa voltada ao estudo da história da disciplina no Brasil. O projeto “Ciência Política no Brasil: História, Conceitos e Métodos”, lançado pelos pesquisadores Leonardo Avritzer, Carlos Milani e Rachel Meneguello no ano de 2013, visa “impulsionar, por meio da Associação Brasileira de Ciência Política e com apoio da Fundação Ford, um processo de história e memória da ciência política no Brasil que tenha uma dimensão ao mesmo tempo biográfica, metodológica e conceitual”. Mais informações podem ser encontradas no site no projeto <<http://memoria.cienciapolitica.org.br/>>. Acesso em julho de 2015.

Gerais [UFMG] e no Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro [IUPERJ]⁸ (FORJAZ, 1997). Desde então, surgiram vários outros Programas de Pós-Graduação dedicados exclusivamente à Ciência Política, especialmente nos últimos anos. Nesse período, os programas estruturaram-se em determinados eixos teóricos e temáticos que ainda não foram identificados e suficientemente analisados. Afinal, que tipo de Ciência Política propõem os Programas de Pós-Graduação no Brasil? Qual a formação oferecida? E, finalmente, o que se produz nesses espaços?

São muitas as perguntas que podem ser feitas, e esse artigo é uma tentativa de encontrar ou se aproximar de parte das respostas. Assim, assume-se antes de tudo um caráter exploratório, com a intenção de apresentar um panorama da trajetória e do estado atual dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil. Desta forma, o trabalho propõe-se a analisar o perfil da pós-graduação com base em dados sobre (1) as áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas, (2) as disciplinas ofertadas e (3) os Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos. O objetivo é identificar padrões e até diferenças regionais na formação dos cientistas políticos formados no Brasil.

Para tanto, a coleta de uma grande quantidade de dados sobre os programas nos leva a uma análise, que após esta breve introdução, contendo os objetivos e as justificativas para o estudo, se estrutura da seguinte forma: 2. Metodologia (apresentação das fontes de dados utilizadas e a metodologia de pesquisa, técnicas e categorias de análise); 3. Perfil e Proposta dos Programas de Pós-Graduação (área de avaliação, surgimento e evolução do número de programas, distribuição dos programas por região, conceitos CAPES e linhas de pesquisa); 4. Formação: Disciplinas Ofertadas (disciplinas de formação teórica e metodológica ofertadas pelos programas); 5. Produção: Trabalhos de Conclusão de Curso (dissertações e teses defendidas nos programas); e 6. Considerações Finais (onde serão apresentados resultados preliminares e possíveis conclusões a partir dos dados levantados).

⁸ Segundo Forjaz (1997), essas instituições atuaram como “ator privilegiado da autonomização do conhecimento científico da política em relação a outros ramos das ciências sociais do Brasil”. A autora apresenta em seu estudo a caracterização desse grupo pioneiro, por meio de suas principais influências, intelectuais-chave e produção para a Ciência Política.

2. METODOLOGIA

Os dados analisados nesse artigo dizem respeito ao perfil dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, à formação destes espaços institucionais, às possibilidades de pesquisa que oferecem e à produção do conhecimento em si. Para tanto, na construção do banco de dados utilizaram-se especialmente duas fontes: o site da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior⁹ [CAPES] e os sites dos próprios Programas de Pós-Graduação¹⁰.

A CAPES é uma agência brasileira, vinculada ao Ministério da Educação [MEC], responsável pelo fomento à pesquisa que atua na expansão e consolidação da Pós-Graduação em todos os estados do país. Dentre algumas de suas atribuições, destacam-se a avaliação da pós-graduação stricto sensu, o acesso e divulgação da produção científica, os investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior, a promoção da cooperação científica internacional e a indução e o fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (CAPES, 2015).

Neste trabalho, cabe destacar que os dados utilizados são coletados pela CAPES com vistas ao processo de avaliação dos Programas de Pós-Graduação. Este, com o argumento de busca por um “padrão de excelência”, além de ser utilizado como critério de distribuição de recursos e formulação de políticas da área (ou seja, concessão de bolsas e auxílios para cada instituição), é atualmente a fonte de dados mais completa no que diz respeito à evolução da Pós-Graduação no Brasil. Os dados disponíveis sobre os cursos referem-se a dados básicos (endereço, telefones, email e dependência administrativa) e dados da avaliação (dados sobre o funcionamento do programa, coletados anualmente, e os resultados alcançados na Avaliação Trienal). Para este estudo,

⁹ Site da CAPES <http://capes.gov.br/cursos-recomendados>. Acesso em julho de 2015.

¹⁰ Sites dos Programas de Pós-Graduação: UFPR <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciapolitica/>>; UFRGS <<http://www.ufrgs.br/cienciapolitica>>; UFPEL <<http://www2.ufpel.edu.br/isp/ppgcpol/>>; USP <<http://www.fflch.usp.br/dcp/html/pos-graduacao.html>>; UNICAMP <<http://www.ifch.unicamp.br/pos/cienciapolitica/>>; UFSCAR <<http://www.ppgpol.ufscar.br/>>; UERJ <<http://www.iesp.uerj.br/pos-graduacao/ciencia-politica/>>; UFF <<http://www.uff.br/dcp/>>; UFMG <<http://www.cienciapoliticaufmg.com.br/>>; UFPA <<http://www.ppgcp.ifch.ufpa.br/>>; UFPI <<http://www.ufpi.br/cienciapolitica/>>; UFPE <<http://www.politica.ufpe.br/>>; UFG <<http://cienciapolitica.cienciassociais.ufg.br/>>; UNB <<http://ipol.unb.br/>>. Acessos em julho de 2015.

foram selecionados os seguintes conjuntos de dados:

- Perfil dos Programas de Pós-Graduação: área de Avaliação (Ciência Política e Relações Internacionais); localidade (região/estado/município); categoria (pública estadual/federal); modalidade (mestrado/doutorado); ano de criação; conceito atribuído pela avaliação da Capes; linhas de pesquisa; e observações adicionais.
- Disciplinas ofertadas: disciplinas que constam no programa do curso no período de 1998-2012¹¹. O material disponível conta com o nome da disciplina, modalidade, créditos, ementa e professor titular.
- Dissertações e Teses: Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos no período de 1998-2012. O material disponível conta com o nome do pesquisador, nome do orientador, nome dos participantes da banca, título e palavras-chave.

Após a coleta, os dados são apresentados e categorizados para, então, darem origem a descrições estatísticas e construção de tabelas e gráficos. Cada conjunto de dados conta com critérios e categorias de análise distintas, que foram pensadas com base na revisão da literatura de história da Ciência Política, mas cuja definição deu-se principalmente a partir de uma análise exploratória dos dados. Destaca-se a importância de se pensarem os Programas de Pós-Graduação a partir de suas grandes áreas temáticas e da sua formação teórica e metodológica.

Quanto às áreas de pesquisa, são identificadas 4 (quatro) grandes áreas: Teoria Política, Instituições Políticas, Comportamento Político e Política Internacional. Argumenta-se nesse estudo que estas sintetizam a estrutura de ensino e pesquisa em Ciência Política no Brasil. Contudo, com vistas a reforçar o argumento do trabalho, referente à importância de pesquisas na área de história e metodologia da disciplina, será criada uma quinta categoria, qual seja, a de “Metodologia”, com vistas a perceber se existe algum avanço em trabalhos da área.

As categorias se tornam úteis na avaliação das linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação. A seguir, apresenta-se um quadro elucidativo quanto à área e sua descrição.

¹¹ A CAPES disponibiliza documentos da Pós-Graduação apenas do período de 1998 até 2012, momento da última Avaliação Trienal.

Quadro I. Categorias de Análise das Grandes Áreas Temáticas

ÁREA TEMÁTICA	DESCRIÇÃO
Teoria Política	Pesquisas que incluem análises da história do pensamento político, análise estrutural de teorias de outros autores e discussões filosóficas e teoria das relações internacionais.
Instituições Políticas	Pesquisas que priorizam como variáveis explicativas as regras ou instituições políticas como condicionantes do comportamento estratégico ou habitual dos atores políticos.
Comportamento Político	Pesquisas que focam as dimensões comportamentais da política, tomando o comportamento como variável a explicar os fenômenos políticos a partir da influência de instituições sociais e ou das preferências individuais.
Política Internacional	Pesquisas voltadas a temáticas internacionais: Relações Internacionais, Estudos Estratégicos e de Defesa.
Metodologia	Pesquisas que abrangem as discussões epistemológicas e de método, tanto qualitativo como quantitativo.

Sobre a formação teórica e metodológica, que será averiguada a partir da análise das disciplinas ofertadas por cada programa, cabe um esclarecimento sobre o que é entendido como formação teórica e metodológica. Para isso, o quadro abaixo apresenta uma descrição das categorias e subcategorias utilizadas para a análise dos dados.

Quadro II. Classificação das Disciplinas por Formação

FORMAÇÃO TEÓRICA
Disciplinas que oferecem uma formação em teoria. Estas podem ser tanto de caráter normativo (do que deveria ser a política, no formato das questões de filosofia política), quanto positivo (do que a política é, fundada em uma concepção científica da fenomenologia política).
FORMAÇÃO METODOLÓGICA
Disciplinas que oferecem uma formação em metodologia. Estas abrangem discussões de caráter epistemológico e de método, tanto qualitativo como quantitativo.
<ul style="list-style-type: none">• Formação geral: apresentação de um debate sobre epistemologia e metodologia em seu sentido mais amplo. Por vezes, é apresentado um panorama das principais técnicas de pesquisa utilizadas na Ciência Política.
<ul style="list-style-type: none">• Técnicas Quantitativas: apresentação de técnicas de pesquisa quantitativas, tais como modelos estatísticos e modelos matemáticos. Ex: Survey; Teoria dos Jogos.
<ul style="list-style-type: none">• Técnicas Qualitativas: apresentação de técnicas de pesquisa qualitativas, tais como análises histórias e análises de textos. Ex: Estudo de Caso; Entrevistas; Análise de Conteúdo; Análise do Discurso.
<ul style="list-style-type: none">• Técnicas Mistas: apresentação de ambas as técnicas de pesquisa, ou multi-métodos. Ex: Método Comparado.

3. PERFIL E PROPOSTA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

A CAPES organiza os Programas de Pós-Graduação em 48 áreas de avaliação. Dentre estas se encontra a grande área de “Ciência Política e Relações Internacionais”, atualmente coordenada pelo Prof. Dr. André Luis Marenco (CAPES,2015). A grande área engloba 42 cursos, contando com programas com estas duas titulações, mas também outros programas de formação mais direcionada a abordagens e temas das mesmas. São 14 programas de Ciência Política, 12 programas de Relações Internacionais e 16 programas com outra denominação¹².

¹² Os cursos que se enquadram nesta terceira categoria são os seguintes: Políticas Públicas (4); Integração Contemporânea da América Latina - Ical; Estudos Estratégicos Internacionais; Estudos Marítimos; Economia Política Internacional; Políticas Públicas em Direitos Humanos; Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança; Ciências Aeroespaciais; Ciências Militares; Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social; Cartografia Social e Política da Amazônia; Direitos Humanos, Cidadania e Violência; e Poder Legislativo

Cabe ressaltar, ainda, que existem outros cursos que oferecem formação em Ciência Política. Estes são os cursos de Ciências Sociais, que se encontram na grande área de Sociologia. Os cursos de Ciências Sociais¹³ são basicamente compostos por disciplinas de Ciência Política, Sociologia e Antropologia e, em alguns casos, acabaram por se dividir e formar novos programas com formação específica em cada área, como é o caso, por exemplo, da Universidade Federal de Pelotas (que criou em 2006 o programa em Ciências Sociais que, em 2011, deu origem ao programa em Ciência Política).

Neste artigo, entretanto, interessam os cursos de formação específica em Ciência Política. Estes surgem a partir da década de 60, em meio a um período de grande fomento à expansão da pesquisa científica no Brasil, quando foram criados dois programas de pós-graduação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)¹⁴. Desde então, surgiram vários outros programas dedicados exclusivamente à Ciência Política, hoje somando 14 Programas de Pós-Graduação dentro do sistema de ensino público¹⁵. O quadro abaixo sintetiza algumas das principais informações sobre cada programa.

¹³ Existem 23 cursos de Pós-Graduação que oferecem formação em Ciências Sociais. Estes estão distribuídos em 3 regiões brasileiras: Sul, Sudeste e Nordeste.

¹⁴ O programa surgiu em 1969, mas em 2010 não teve condições de manter as atividades de ensino e pesquisa. Assim, seu corpo docente foi transferido para a Universidade Estadual do Rio de Janeiro [UERJ].

¹⁵ No Brasil grande parte da Pós-Graduação é de financiamento público. No caso da Ciência Política não existe ainda nenhuma instituição privada que ofereça essa formação. Quanto aos programas existentes, em maioria são de competência pública federal, sendo apenas três estaduais [USP, UNICAMP e UERJ].

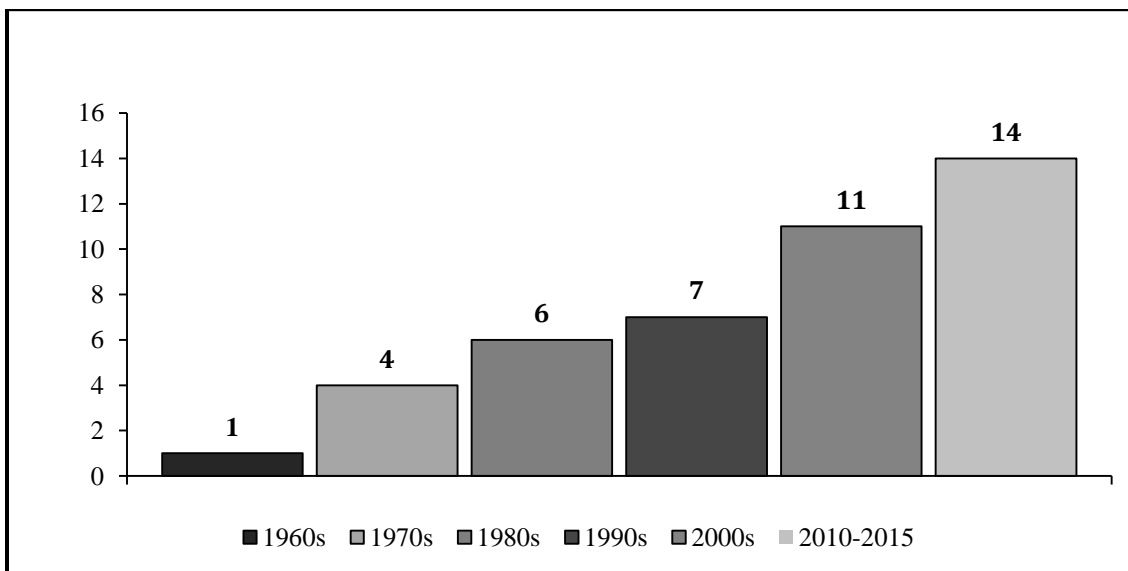
Quadro III. Perfil dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política

Universidade	Mestrado/ Doutorado	Ano de Início	Nota	Região	Estado	Município
UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	M D	2009 2013	4	Sul	PR	Curitiba
UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL / RS	M D	1973 1996	5	Sul	RS	Porto Alegre
UFPEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	M	2011	3	Sul	RS	Pelotas
USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	M D	1974 1974	7	Sudeste	SP	São Paulo
UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	M D	1974 2006	5	Sudeste	SP	Campinas
UFSCAR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	M D	2008	4	Sudeste	SP	São Carlos
UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO / IESP	M D	2010 2010	6	Sudeste	RJ	Rio de Janeiro
UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	M D	1994 2006	4	Sudeste	RJ	Niterói
UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	M D	1969 ¹⁶ 2006	7	Sudeste	MG	Belo Horizonte
UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	M	2008	3	Norte	PA	Belém
FUFPI - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	M	2008	3	Nordeste	PI	Teresina
UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	M D	1982 2002	6	Nordeste	PE	Recife
UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	M	2012	4	Centro-oeste	GO	Goiânia
UNB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	M D	1984 2008	5	Centro-oeste	DF	Brasília

A partir deste quadro é possível apresentar um panorama dos Programas de Ciência Política no que diz respeito ao nível de especialização [existência de mestrado e/ou doutorado], evolução da quantidade de programas, distribuição regional dos programas e sua aproximação em relação ao “padrão de excelência”, segundo os critérios da CAPES. Sendo assim, seguem alguns dados e considerações preliminares.

¹⁶ No site do curso do PPG em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, consta a informação de que o curso foi criado no ano de 1966.

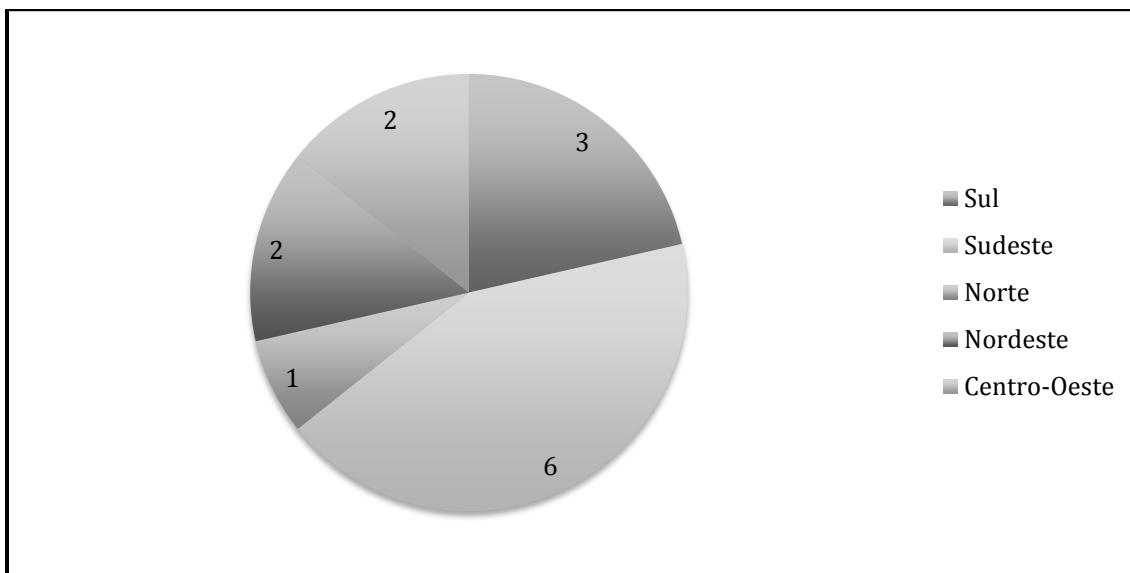
Gráfico I. Evolução do Total de Programas de Pós-Graduação por década



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico acima apresenta a evolução do número dos Programas de Pós-Graduação de forma cumulativa. Percebe-se a partir deste um crescimento gradual a partir dos anos 60, todavia, apontando que em nossa década pode haver um crescimento mais significativo, visto que em apenas 5 anos foram criados 3 novos programas. Ressalta-se ainda que, dos 14 programas existentes, apenas 4 [UFPEL, UFPA, FUFPI e UFG] não possuem doutorado. Cabe destacar, entretanto, que estes foram criados recentemente, pelo menos a partir de 2008, o que pode significar que estão em processo de consolidação e posterior criação do grau de doutorado. Soma-se a isso, também, a informação de que a maioria dos programas existentes só criou o grau de doutorado a partir dos anos 2000. Apenas a Universidade de São Paulo [USP] e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS] possuíam esse grau antes disto, nos anos de 1974 e 1996, consecutivamente.

Gráfico II. Número Absoluto de Programas de Pós-Graduação por Região em 2015



Fonte: Elaboração própria.

Existem programas de Pós-Graduação nas 5 (cinco) regiões brasileiras, distribuídos em 10 (dez) dos seus estados: na Região Sul encontram-se programas no Paraná [1] e no Rio Grande do Sul [2]; na região sudeste, em São Paulo [3], no Rio de Janeiro [2] e em Minas Gerais [1]; na região Norte, no Pará [1]; na região Nordeste, no Piauí [1] e em Pernambuco [1]; e, na região Centro-Oeste, em Goiás [1] e no Distrito Federal [1]. Percebe-se assim uma maior concentração na Região Sudeste, onde se encontram mais de 40% dos programas de pós-graduação.

O fator regional apresenta-se também relevante quando buscamos compreender os conceitos atribuídos de forma individual aos cursos de Pós-Graduação. No Brasil, cabe ressaltar que a CAPES avalia a Pós-Graduação anualmente e produz trienalmente um documento de área geral e documentos individuais de cada programa. Nestes são considerados aspectos da instituição de origem, assim como a produção do corpo docente e discente. Os critérios utilizados são apresentados no site da CAPES e sua aplicação resulta em conceitos de 1 a 7, sendo que o mínimo exigido para a existência de um programa seja o conceito 3. Esta avaliação define os cursos que serão reconhecidos pelo Ministério da Educação, assim como se torna referência para a negociação de financiamento público com outras agências financiadoras.

Percebe-se que apenas dois dos programas possuem conceito de máxima

excelência, ou seja, o conceito 7: a Universidade de São Paulo [USP] e a Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG]. A distribuição das demais universidades de acordo com o conceito se dá de forma equilibrada: 2 (duas) possuem nota 6, 5 (cinco) possuem nota 3, 4 (quatro) possuem nota 4 e 3 (três) possuem nota 3. As variáveis que serão apresentadas nas sessões seguintes – quadro de disciplinas e trabalhos de conclusão de curso – são parte dos critérios considerados na avaliação dos programas pela CAPES.

Enfim, para traçarmos o perfil dos programas de Pós-Graduação em Ciência Política, é indispensável considerar as áreas de concentração e linhas de pesquisa sobre as quais o programa se estrutura. Esta divisão é importante por apresentar as áreas de possibilidade de pesquisa e, conseqüentemente, selecionar e agrupar docentes e discentes, assim como grupos e projetos de pesquisa. O quadro a seguir apresenta as linhas de pesquisa existentes hoje em cada universidade.

Quadro IV. Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação

Universidade	Linhas de Pesquisa
UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Área de Concentração 1 - Democracia e Instituições nas Sociedades Contemporâneas (Linha 1 - Comunicação e Comportamento Político, Novas Mídias e Opinião Pública; Linha 2 - Instituições Políticas, Elites e Processos Decisórios; Linha 3 - Política Internacional e Comparada).
UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL / RS	Linha 1 - Cultura Política; Linha 2 - Elites e Poder Político; Linha 3 - Instituições e Análise Política; Linha 4 - Teoria Política, Diversidades e Estudos de Gênero.
UFPEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Área de Concentração 1 - Democracia e Processos Políticos (Linha 1 - Democracia: teorias e experiências; Linha 2 - Processos políticos: atores e instituições).
USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	Área de Concentração 1 - Teoria Política; Área de Concentração 2 - Política Brasileira e Política Comparada; Área de Concentração 3 - Relações Internacionais.
UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Área de Concentração 1 - Política contemporânea (Linha 1 - Estudos sobre participação política e ação coletiva; Linha 2 - Estudos sobre Estado, instituições e processos governamentais; Linha 3 - Estudos internacionais); Área de Concentração 2 - Teoria e pensamento político (Linha 1 - Estudos teóricos; Linha 2 - História do pensamento político).
UFSCAR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Área de Concentração 1 - Teoria, Instituições e Comportamento político (Linha 1 - Políticas Públicas e Cidadania; Linha 2 - Partidos Políticos, Eleições e Mídia; Linha 3 - Instituições Políticas e Organizações; Linha 4 - Teoria e Pensamento Político).
UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO / IESP	Área de Concentração 1 - Relações internacionais e política comparada (Linha 1 - Análise política comparada; Linha 2 - Democracia, Modalidades de Capitalismo e Desenvolvimento em Perspectiva Comparada; Linha 3 - Política internacional e

	análise de política externa); Área de Concentração 2 - Instituições e comportamento político (Linha 1 - Instituições Políticas e Políticas Públicas; Linha 2 - Mídia e Opinião Pública; Linha 3 - Sistemas Eleitorais e Sistemas Partidários e Comportamento Político); Área de Concentração 3 - Teoria política (Linha 1 - Teoria Política Clássica, Moderna e Contemporânea; Linha 2 - Teorias e metodologias de análise textual históricas e não-históricas; Linha 3 - Pensamento Político Brasileiro).
UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Área de Concentração 1 - Teoria Política e Interpretações do Brasil (Linha 1 - Fundações da Teoria Política; Linha 2 - Interpretações do Brasil; Linha 3 - Poder, Subjetividade e Mudança Política); Área de Concentração 2 - Estado e Sociedade (Linha 1 - Políticas Públicas, desenvolvimento e sustentabilidade; Linha 2 - Participação, controle democrático e cidadania no mundo contemporâneo; Linha 3 - Empresa, Sociedade e Política em uma era de transformação).
UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	Área de Concentração 1 - Instituições, Comportamento Político e Políticas Públicas; Área de Concentração 2 - Inovações da Democracia no Século XXI / Linha 1 - Estado, Gestão e Políticas Públicas; Linha 2 - Governos, Legislativos e Partidos Políticos em perspectiva comparada; Linha 3 - Comportamento Político; Linha 4 - Política Internacional e Comparada; Linha 5 - Inovações da Democracia e Tendências da Gestão Participativa; Linha 6 - Participação, Movimentos Sociais e República; Linha 7 - Reconhecimento, Gênero e Feminismo; Linha 8 - Teoria Política e Pensamento Político e Social Brasileiro.
UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Área de Concentração 1 - Instituições Políticas e Políticas Públicas (Linha 1 - Democracia e Representação Política); Área de concentração 2 - Teoria Política e Métodos (Linha 1 - Fundamentos da Teoria Política e Métodos).
FUFPI - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	Área de Concentração 1 - Estado, Instituições Políticas e Desenvolvimento (Linha 1 - Estado e Desenvolvimento Econômico e Social; Linha 2 - Instituições Políticas e Processos Decisórios); Área de Concentração 2 - Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político (Linha 1 - Comportamento Político e Sociedade; Linha 2 - Movimentos Sociais e Cidadania).
UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Área de Concentração 1 - Estado e Governo (Linha 1 - Teoria Política; Linha 2 - Métodos em Ciência Política; Linha 3 - Instituições Políticas e Controles Democráticos, Linha 4 - Políticas Públicas; Linha 5 - Instituições Coercitivas); Área de Concentração 2 - Relações Internacionais (Linha 1 - Processos de Integração Regional; Linha 2 - Política Internacional Comparada; Linha 3 - Economia e Política).
UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	Área de Concentração 1 - Estado, Comportamento Político e Instituições (Linha 1 - Eleições, Comportamento Político e Opinião Pública; Linha 2 - Estado e Instituições Políticas; Linha 3 - Políticas Públicas e Sociedade Civil; Linha 4 - América Latina e Política Comparada).
UNB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Área de Concentração 1 - Democracia e sociedade (Linha 1 - Cidadania, legitimidade e identidades; Linha 2 - Democracia e desigualdades; Linha 3 - Participação, Estado e sociedade civil); Área de Concentração 2 - Política e instituições (Linha

	1 - Estado, economia e políticas públicas; Linha 2 - Instituições políticas; Linha 3 - Partidos e comportamento político).
--	--

Ao observar as linhas de pesquisa dos programas, é possível perceber certa convergência para 4 grandes áreas temáticas (ou abordagens de pesquisa): Teoria Política, Instituições Políticas, Comportamento Político e Relações Internacionais. Estas abarcariam todas as linhas existentes em cada programa, cuja existência parece ter maior relação com questões temáticas mais específicas, ou seja, a existência de subtemas de pesquisa.

O caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ] pode ser tomado como exemplo. O programa apresenta 3 (três) áreas de concentração: Relações internacionais e política comparada; Teoria política; e Instituições e comportamento político. Quanto à primeira, Relações Internacionais, apresentam-se as linhas de (1) Análise política comparada, (2) Democracia, Modalidades de Capitalismo e Desenvolvimento em Perspectiva Comparada; e (3) Política internacional e análise de política externa; quanto à segunda, Teoria Política, apresentam-se as linhas (1) Teoria Política Clássica, Moderna e Contemporânea; (2) Teorias e metodologias de análise textual históricas e não-históricas; e (3) Pensamento Político Brasileiro. Nesta, como já mencionado, seria útil destacar a área de Metodologia enfocada nesse estudo, a qual normalmente encontra-se incorporada à grande área de Teoria Política. Enfim, a terceira área, de Instituições e Comportamento Político, trata-se de temas a serem abordados por meio de análises empíricas, porém cujo enfoque depende da variável a ser adotada para explicar o fenômeno, se o comportamento ou as instituições.

Estas categorias representam um padrão no ensino e pesquisa em Ciência Política no Brasil. Neste artigo, defende-se que a partir delas seria possível classificar e mapear a produção científica da área, em periódicos acadêmicos e em Trabalhos de Conclusão de Curso na Pós-Graduação (Dissertação e Teses).

4. FORMAÇÃO: DISCIPLINAS OFERTADAS

O quadro de disciplinas ofertadas pelos Programas de Pós-Graduação é variável

fundamental para a análise da formação dos alunos de Ciência Política. Estas são pensadas com vistas a abarcar os principais conteúdos e temas da área, mas também oferecer certa especialização na medida em que os docentes que fazem parte do programa são especialistas em algum tema específico ou coordenam grupos e projetos de pesquisas em sua universidade.

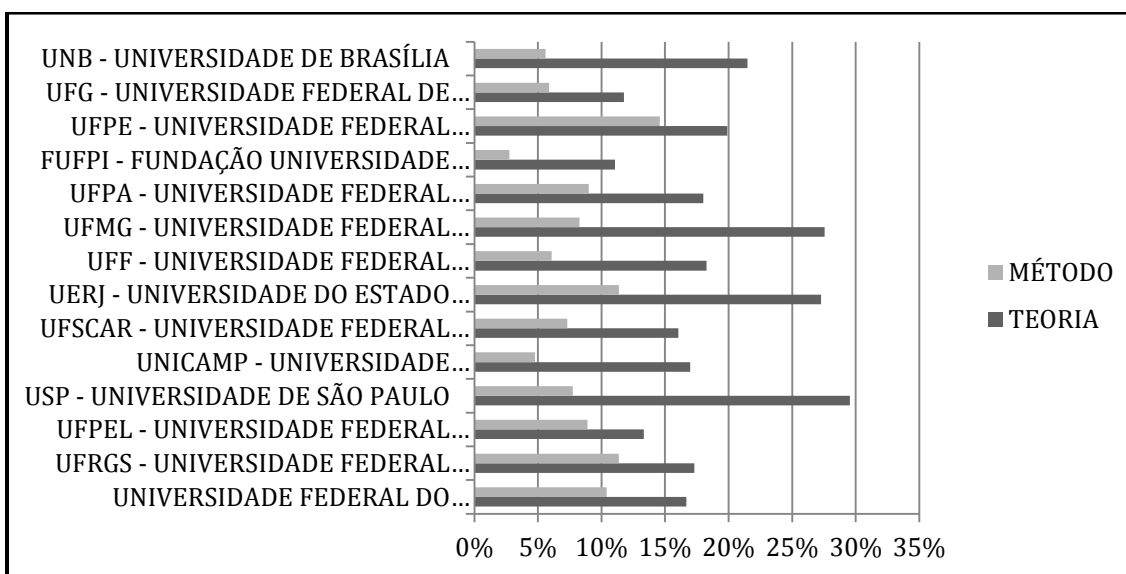
O número de disciplinas¹⁷ varia significativamente de instituição para instituição. Enquanto temos na Universidade de São Paulo [USP] uma média anual de 42,4 disciplinas ofertada (considerando o período de 1988-2012), em outras universidades, no mesmo período, encontram-se: UNB, 35,6 disciplinas; UFMG, 33,8 disciplinas; UNICAMP, 32,2 disciplinas; UFF, 28,4; UFPE, 25,1; e UFRGS, 24,6. Nos cursos de criação recente, a oferta é ainda mais reduzida, como, por exemplo, o caso da UFG: o programa foi criado no ano de 2012, oferecendo um quadro de apenas 12 disciplinas.

Obviamente as principais justificativas para a quantidade de disciplinas ofertadas dizem respeito ao quadro de professores do programa e aos recursos disponíveis. Todavia, mais relevante do que contar o número disciplinas ofertadas é avaliar em que medida os programas têm investido na formação teórica e metodológica dos alunos de Ciência Política.

Neste estudo são consideradas apenas as disciplinas de formação em teoria e metodologia. Ou seja, não são contabilizadas aquelas disciplinas voltadas a análises empíricas de acordo com seus temas de especialização. Concentra-se em uma formação de caráter mais amplo de acordo com os critérios já apresentados na sessão metodológica.

¹⁷ É preciso ponderar que o número de disciplinas cadastradas no sistema pode não corresponder exatamente ao número real de disciplinas ofertadas. De qualquer forma, ele ainda demonstra-se um dado útil por apontar a variedade de disciplinas que o programa é capaz de ofertar de acordo com a disposição e formação do seu quadro de professores.

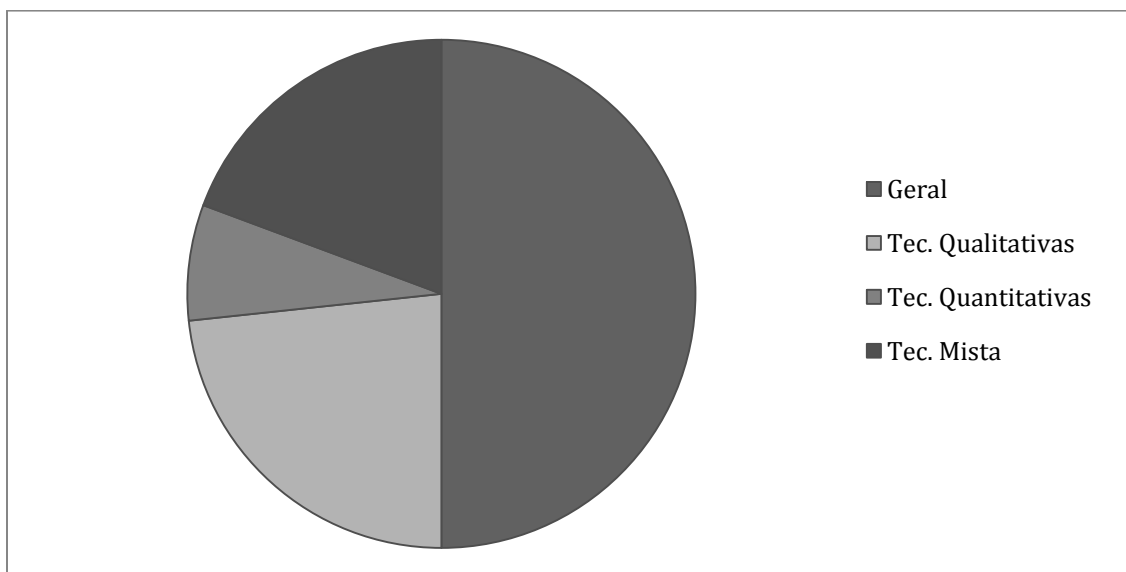
Gráfico III. Proporção de Disciplinas de Formação Teórica e Metodológica oferecidas por Universidade



No gráfico III, foram computadas as frequências relativas das disciplinas de teoria e de método no total de disciplinas ofertadas em cada programa. À primeira vista, isto poderia levar a uma equivocada interpretação de que um determinado programa possui melhor formação do que outro. Porém, os dados apenas representam as proporções dentro de cada programa, que, por sua vez, oferecem diferentes quantidades de disciplinas. De qualquer forma, percebe-se no gráfico a tendência de haver uma preponderância da oferta de disciplinas relacionadas aos temas das outras categorias aqui abordadas, visto que em nenhum programa a soma de disciplinas teóricas e metodológicas ultrapassa 40%.

Quanto aos números absolutos de disciplinas ofertadas, claramente, a USP se destaca no conjunto dos programas. Nesta instituição, apenas em 2012, foram oferecidas 19 disciplinas de teoria, 9 de metodologia e um total de 72 disciplinas. Para efeitos de comparação, o segundo programa que mais ofereceu disciplinas – o da UNICAMP – apresenta os seguintes valores: 2 disciplinas de teoria, 1 disciplina de métodos e um total de 42 disciplinas.

Gráfico IV. Número Total de Disciplinas Metodológicas Oferecidas nos Programas de Pós-Graduação



Quanto às disciplinas de formação metodológica, foi possível perceber que os programas têm investido com mais enfoque em uma formação generalista em metodologia. Tal formação volta-se para questões de epistemologia e metodologia, com a breve apresentação de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas. A oferta de disciplinas específicas (voltadas para o estudo das técnicas) ainda é bastante reduzida. Quando ocorre apresenta o estudo de várias técnicas ou de apenas uma técnica, de modo a promover uma abordagem mais aprofundada.

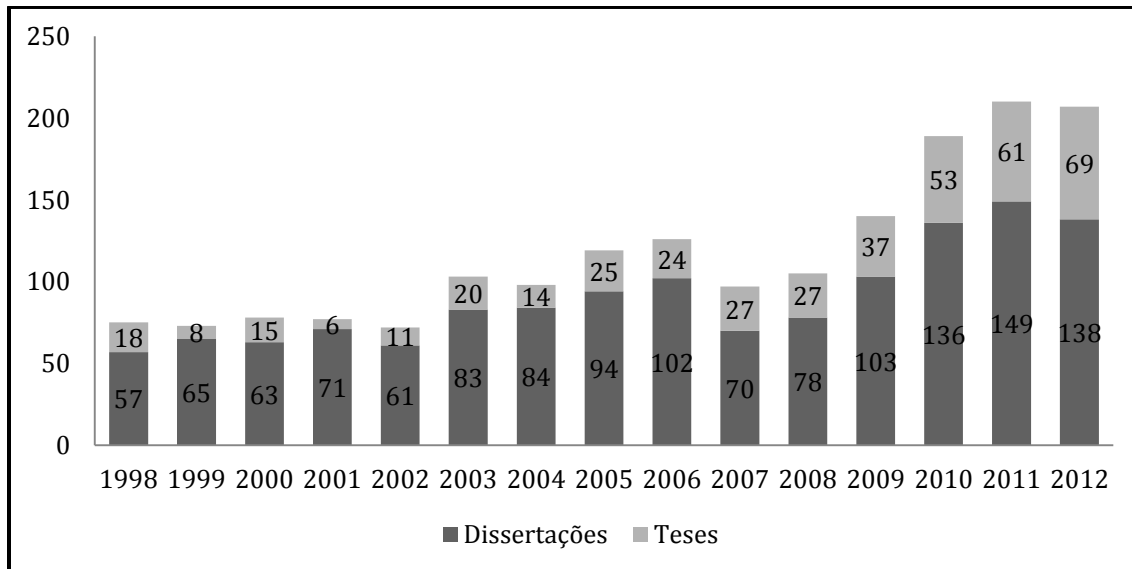
As universidades que mais investiram em técnicas de pesquisa específicas voltaram-se para os métodos quantitativos. Foram elas: USP, UFMG, UERJ e UFPE. A USP e a UFMG, inclusive, investem atualmente em escolas de verão para a formação complementar dos cientistas políticos brasileiros (IPSA-USP e Métodos Quantitativos – UFMG).

5. PRODUÇÃO: TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Como já mencionado, a CAPES disponibiliza dados a respeito dos Trabalhos de

Conclusão de Curso apresentados na Pós-graduação, de 1998 até 2012. A partir destes, é possível avaliar de que forma tem evoluído o número destas publicações, em seu número total e por universidade.

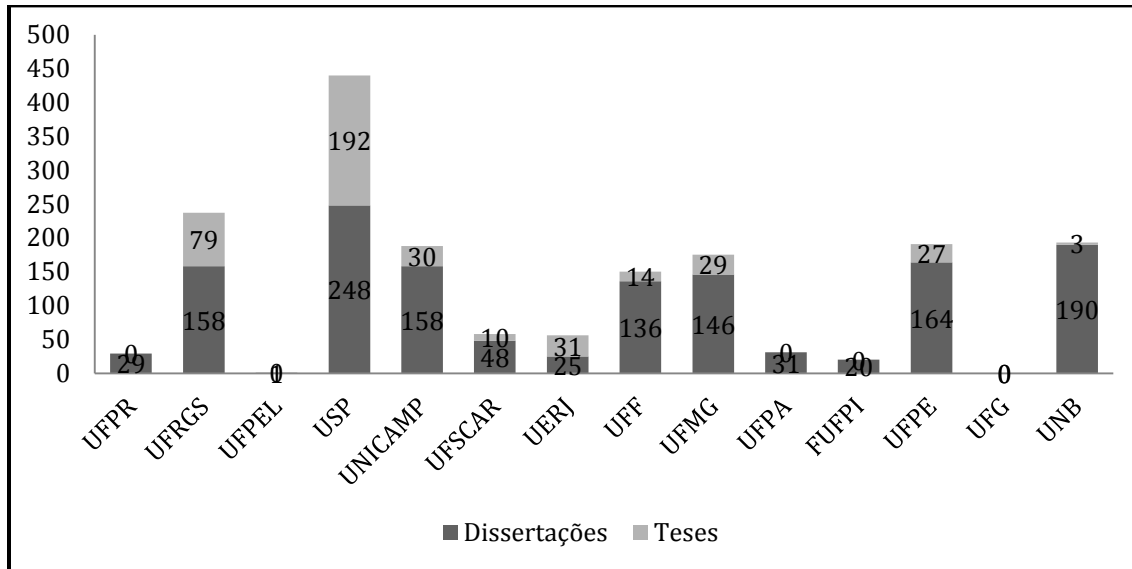
Gráfico V. Evolução do Número de Dissertações e Teses



Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao material produzido é possível perceber um significativo aumento nos últimos anos, principalmente no que diz respeito ao número de Teses de Doutorado. Ao todo, de 1998 até 2012 foram produzidos no Brasil 1769 Trabalhos de Conclusão de Curso na Pós-Graduação em Ciência Política, sendo 1354 Dissertações (76,5%) de Mestrado e 415 Teses de Doutorado (23,5%). Deve-se lembrar, entretanto, que restaria contabilizar os dados anteriores e posteriores a esse período, que não são disponibilizados pela CAPES neste momento.

Gráfico VI. Número de Dissertações e Teses por Universidade



Fonte: Elaboração própria.

Quanto à distribuição regional da produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso é possível perceber uma clara concentração em alguns centros. A USP é responsável por 24,5% da produção de trabalhos no período analisado (18,3% das dissertações e 46,3% das teses). Há de se considerar, também, a relevância da produção de outras universidades como a UFRGS (13,4%), a UNB (10,9%), a UFPE (10,79), a UNICAMP (10,6%) e a UFMG (9,89%).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a apresentar um panorama da Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil. Os dados levantados não são suficientes para uma conclusão categórica sobre o estado da área, mas permitem algumas considerações que vêm a contribuir na construção de um campo de pesquisa sobre história e metodologia da disciplina.

A Pós-Graduação foi analisada com base nos 14 Programas de Pós-Graduação em Ciência Política que existem hoje no Brasil, tendo em vista suas trajetórias e propostas de curso, a formação oferecida e a produção resultante da mesma. Isto foi averiguado a

partir dos dados disponíveis no site da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior [CAPES] e dos sites individuais dos Programas de Pós-Graduação. As informações consideradas referem-se à criação dos cursos, distribuição dos cursos por região, conceitos de excelência atribuídos pela CAPES, áreas de concentração e linhas de pesquisa, disciplinas de formação ofertadas e Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos.

Os Programas de Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil surgiram a partir da década de 60, com destaque aos programas pioneiros na Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG] e no antigo Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro [IUPERJ]. A partir de então o crescimento se deu de forma progressiva, de modo que hoje existem programas de Ciência Política nas 5 regiões do país. Destes, 70% apresentam curso de mestrado e doutorado. Todavia, há de se ponderar que existe uma clara concentração de programas na região Sudeste, onde encontram-se alguns dos programas mais antigos e, talvez por isso, aos quais são atribuídos os maiores conceitos da CAPES. O grau de excelência é conferido à Universidade de São Paulo [USP] e à Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG].

No Brasil, as possibilidades de ensino e pesquisa na Pós-Graduação em Ciência Política parecem apresentar um padrão. Os programas tendem a convergir para apresentação de quatro grandes áreas temáticas: Teoria Política, Instituições Políticas, Comportamento Político e Política Internacional. Isto pode ser averiguado por meio das áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas, que apenas se apresentam em maior número e variedade por abarcarem também recortes de temáticas específicas dentro das grandes áreas. Defende-se aqui que esta categorização pode ser utilizada também na classificação dos Trabalhos de Conclusão de Curso apresentados nos Programas de Pós-Graduação e dos principais periódicos da área.

A categorização por grandes áreas temáticas, assim como pelas temáticas específicas mais recorrentes, é um projeto de pesquisa futuro, visto que as considerações apresentadas nesse estudo, como já mencionado, não são suficientes e nem pretendem dar uma resposta definitiva a respeito da formação de cientistas políticos no Brasil. O intuito principal é contribuir para este campo tão importante e em vias de construção, para o qual alguns Programas de Pós-Graduação já têm sinalizado possíveis contribuições.

O estudo da história e metodologia da Ciência Política no Brasil já encontra espaço em algumas linhas de pesquisa da UFPA, UERJ e UFPE, dentro da área de Teoria Política; em cursos de formação complementar ofertados pela USP e pela UFMG; e, finalmente, na UFRGS, que está em processo de criar um núcleo de estudos em “História e Metodologia da Ciência Política”. Os resultados preliminares aqui apresentados devem ser aprofundados em estudos posteriores e espera-se que o próprio amadurecimento do debate na área forneça um maior leque de caminhos possíveis de análise e mesmo uma nova interpretação e crítica sobre a mesma.

BIBLIOGRAFIA

ADCOCK, Robert and BEVIR, Mark. **The History of Political Science**, Political Studies Review, 05, pp. 1-16, 2005.

ALMOND, Gabriel. Political Science: The History of the Discipline; In: GOODING, Robert and KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.), **A New Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

BARBERIA, Lorena et al. **Inovação no ensino de métodos quantitativos em Ciência Política**: Aplicação de modelo baseado em atividades. Revista Agenda Política, vol. 2, n. 2., 2014. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/48/45>. Acesso em 12 mar 2015.

CANSINO, Cesar. **La muerte de la ciencia política**. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Cursos Recomendados**. Disponível em: <<http://capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

DRYZEK, J. **Revolutions Without Enemies**: Key Transformations in Political Science, American Political Science Review, 100/04, pp. 487-492, 2006.

EASTON, David. **Political Science in the United States**: Past and Present, International Political Science Review, 06/01, pp. 133-152, 1985.

FERES JR., João. **Aprendendo com os Erros dos Outros**: O que a História da Ciência Política Americana Tem para nos Contar. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, vol. 15, pp. 97-110, 2000.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **A emergência da Ciência Política no Brasil**: Aspectos institucionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online], vol. 12, n. 35, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091997000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jul. 2015.

GOODING, Robert and KLINGEMANN, Hans-Dieter. Political Science: The Discipline; In: GOODING, R. and KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.), **A new Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

KEINERT, Fabio Cardoso. **Cientistas sociais entre ciência e política** (Brasil, 1968-1985). Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP (Depto de Sociologia), 2011.

LEITE, F. B. **Divisões temáticas e teóricometodológicas na Ciência Política brasileira**: explicando sua produção acadêmica (2004-2008). Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, 2010. Disponível em:

<<http://www.4shared.com/document/e9zqheq8/Dissertao-Fernando.html>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

LESSA, Renato. **O campo da Ciência Política no Brasil**: uma aproximação construtivista. In: C. B. Martins (org.), Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS, pp. 13-49, 2010.

QUIRINO, C. **Departamento de Ciência Política**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 8, n. 32, pp. 337-348, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/43.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

REDFORD, Emmette. **Reflexions on a Discipline**, American Political Science Review, 55/04, pp. 755-762, 1961.

REIS, E. P. **A construção intelectual e a política das Ciências Sociais brasileiras**: a experiência do Iuperj. In: MICELI, S. (org.). A Fundação Ford no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1993.

ROSS, Dorothy. **The origins of American Social Science**. NY: Cambridge University Press, 1991.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 48, pp. 27-52, 2005.

SOMIT, A. and TANNENHAUS, J. **The Development of American Political Science: From Burgess to Behavioralism**. Boston MA: Allynand Bacon, 1976.

TRINDADE, H. **Ciências Sociais no Brasil em perspectiva**: fundação, consolidação e expansão. In: As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada. Porto Alegre: UFRGS, 2005.